ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA FREGUESIA - AMAF
CNPJ: 21.794.317/0001-17- amaf@amafreguesia.org facebook.com/amaf.amafreguesia
FUNDADA em 29/10/1981 e FILIADA desde 1992 à FAMRIO – Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro

Reunião Mensal da Associação de Moradores e Amigos da Freguesia (AMAF)

06 de março de 2022

No dia 06 de março de 2022 às 9:38, iniciou-se a reunião aberta da AMAF por meio do programa de videoconferência "Google Meet". O Vice-Presidente da AMAF Yuri Leal de Amorim presidiu a reunião. Além do Vice-Presidente, estiveram presentes: Myrian Marino Martins Soares, Claudia Lacerda, Marcus Roberto Siciliano, Veronica Beck, Gustavo Gomes, Jorge Aguiar, Cali Galiasso, Claudia Azevedo, Pedro da Silva, Ana Maria Corrêa, Ana Cataldo, Sidney de Almeida Teixeira Junior, Ricardo Augusto Lima, Joao Silva, Edson Weisheimer, Gabriel Finotti dos Reis Nunes, André Fonseca, Katia Pinto, Eliane Fonseca, Denisleia Sertão Lira, Vera Baldner, Marcelo Parreira Calvano, Marilea Melo, Katia Dourado, Debora Sendra, Celmar Souza, Lucileide Souza, Lorena Breda de Carvalho, Dayse Machado, Zelia Pimentel Andrade, Arnaldo Nascimento, Carolina Menezes de Faria, Maria Ines Santos, Dayse Machado, Tereza Cristina Messias, Cristina Pimentel, Clélia Regina de Souza, Antonio Elias de Oliveira Neto, Maria Francisca Teresa Martins, Aurelio Barbosa, Daniela Medeiros, Miria Santiago e Maria Leonilda Silva.

1. **Apresentação dos presentes**

2. **Informes das ações do mês**

Sidney Teixeira informa que a AMAF assinou junto com a Federação das Associações de Moradores do Rio (FAM-RIO) e outras entidades um documento produzido pelo Fórum da Cidadania solicitando maior fiscalização da Prefeitura para o respeito à lei do sossego assim como do espaço livre na calçada para a circulação das pessoas em detrimento da ocupação por cadeiras e mesas. Ele acrescenta que esse documento foi entregue ao prefeito Eduardo Paes, que teria assumido compromisso de acordo com uma matéria de jornal. Finaliza com a informação de que a íntegra do documento assim como o link da matéria de jornal serão divulgados no site da AMAF.

3. **Bosque da Freguesia/ Rio Office Mall**

Em momento anterior à pauta, durante a apresentação dos presentes, algumas informações foram levantadas sobre o tema. Denisleia Sertão, Carolina Menezes e Marcus Siciliano apontam que a rua onde está o condomínio Monte Carlo é fechada por motivo de segurança, mas mantém seu caráter público. Carolina acrescenta que a cancela da rua é autorizada pela Prefeitura em gestão municipal de outra época. Ela também lembra que, há 15 dias, um carro entrou "correndo", tendo batido nessa cancela, o que poderia representar um risco de acidente de trânsito com crianças que brincam na região. Ricardo Augusto Lima conta sobre seu passado na trajetória na luta pela preservação permanente do verde do Bosque da Freguesia, colocando desejo expresso de saber o posicionamento da AMAF, se é a antiga (a de preservação total do verde do Bosque) e se a construção de uma rua seria interessante ou não para o bairro. Celmar Souza conta que está para somar na luta por melhorias, dizendo-se defensora do verde. Celmar ainda mostra o entendimento de que grupamentos de classe média no Rio de Janeiro costumam ser fechados.

Quando chegou o tema da pauta, Veronica Beck iniciou sua apresentação informando que a

Prefeitura do Rio de Janeiro não informou nada à AMAF. Conta que Sidney Teixeira e Guilherme Martins foram para a casa do falecido Jorge da Costa Pinto, conseguindo documentos sobre a medida cautelar ligada ao projeto de rua no local em questão. Veronica conta que a AMAF bateu na porta do Rio Office Mall também para saber do projeto. Além disso, ela própria foi à Secretaria Municipal de Meio Ambiente para obter informações (acrescentou que todo mundo o pode fazer). Em seguida, ela faz a apresentação com imagens de tela. Mostrou foto do Bosque da Freguesia, contou sobre o histórico de uso do solo da atual área de preservação (era uma fazenda) e sobre a luta e as negociações, mostrando a placa situada no próprio Bosque da Freguesia. Citou a Lei 1.512, que tombou a área, o que não garante necessariamente total proteção à área, relembrando as intervenções do Eduardo Paes sobre Marapendi para a construção de campo de golfe no passado. Veronica, no entanto, entende que essa lei já impediria a mudança. Traz também o decreto 11.830 do ano de 1992 (que regulamenta a Lei antes citada), levando ao remembramento e ao desmembramento da área [Bosque da Freguesia, Rio Office Mall e concessionárias de carro] em 3 lotes, com previsão da construção da Avenida do Canal do Rio Panela desde essa época, sem a previsão de que os lotes 1 e 2 ficassem na área de preservação ambiental (somente o lote 3 se destinaria a parque público). Conta que o lote 1 é o do Shopping, com destaque para a previsão de que a testada fosse voltada para a "Avenida Canal do Rio Panela". Veronica observa que Rio da Panela se refere ao prolongamento do que conhecemos como Rio Sangrador a partir da junção do Rio Sangrador com um curso hídrico que está escondido no subterrâneo da Estrada do Bananal (passa embaixo do supermercado Vianense e da Rua Comandante Rubens Silva). Trouxe ainda a reflexão de que o fato de esse curso hídrico estar no subterrâneo nesses lugares poderia explicar a susceptibilidade ao alagamento desses locais). Em comentário no chat, Gabriel Finotti aponta que esse deve ser o rio que passa embaixo da Rua Zoroastro Pamplona. Neste momento, Veronica mostrou o mapa da Área de Preservação Ambiental da Freguesia, incluindo várias ruas.

Em seguida, Veronica mostrou um projeto da Avenida Canal, contando sobre a mobilização da AMAF contra esse projeto de rua que passaria por dentro do Bosque da Freguesia. Disse que a luta levou ao ajuizamento de ações judiciais por pessoas físicas em 1998. Emendou que o Ministério Público teria feito uma Ação Cautelar em abril deste mesmo ano (concedida), seguida da Ação Popular em maio de 1998. Contou que não tem a cópia do processo em decorrência da sua antiguidade e que o resultado disso foi o deferimento da liminar, embargando qualquer obra até uma justificativa válida pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Leu parte do documento do Ministério Público de 05 de abril de 2001, que tratava de ação cautelar e de liminar concedida pelo Ministério Público. Leu a informação que constava no documento sobre a sugestão feita pela Prefeitura: transferência da abertura da avenida para a margem do rio oposta à do Bosque da Freguesia. Em seguida, ela leu a análise inscrita no documento: essa nova proposta ainda importaria em danos ao Bosque da Freguesia por causa da transferência do leito do rio para o Bosque da Freguesia. Terminou a leitura desse documento, com a conclusão do Ministério Público marcada pelo temor de a Prefeitura ter dado início às obras sem qualquer licenciamento ambiental. Depois, Veronica contou que, em novembro de 2006, foram proferidas ações em medida cautelar com a sentença de suspensão do processo, porque o réu requereu a extinção desse processo com a justificativa de que o projeto de construção da via (objeto da ação) foi suspenso. E Veronica acreditou que essa suspensão ocorreu por causa do Decreto 22.927 de 20 de maio de 2003, do ex- prefeito Cesar Maia, vedando a construção da rua nesse trecho (Veronica interpretou que não se vedava a construção de via em outros trechos necessariamente). Informou ainda que esse decreto desapropriou alguns imóveis, como o da Avenida Tenente Coronel Muniz de Aragão número 10. Veronica perguntou a Vera Baldner se esse se tratava do número do Bosque da Freguesia [em momento posterior, Vera Baldner informou que o Bosque é sem número].

Veronica seguiu a apresentação contando que, em 25 de novembro de 2003, foi apresentada uma proposta alternativa à antiga, com previsão de uma nova rua passar na Rua Francisco Dantas, a qual ainda não contava com o condomínio Monte Carlo. Trouxe a informação de que

essa proposta foi assinada pela AMAF, pelo Grupo de Defesa Ecológica (GRUDE) e outras associações, e concluiu que não seria justo se colocar somente na "conta da AMAF" esta proposta, acrescentando que a Justiça e outros setores concordaram juntos com a mesma Veronica ressaltou que a área do Bosque da Freguesia não foi indenizada até hoje e, ao mesmo tempo, o projeto da rua não tinha sido aprovado ainda pela Secretaria de Meio Ambiente. Ao mesmo tempo, Veronica lembrou que o licenciamento saiu das secretarias gerais (como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente) para se concentrar na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação (SMDEIS).

Veronica disse que o Rio Office Mall informou que foram eles que construíram a sede do Bosque, solicitando a Vera Baldner para confirmar essa versão [mais tarde na reunião, Vera informou que eles participaram da construção com o poder público]. Veronica também informou sobre a Lei Orgânica do Município, que traz o Bosque da Freguesia como uma Área de Preservação Permanente.

Veronica propôs a discussão de um plano alternativo, que não necessariamente seria concordado pelo Shopping, mas que este tem se mostrado disposto a falar com a AMAF. Acrescenta que, na reunião com o Shopping, eles teriam interesse em manter a rua como área de lazer aos domingos, tendo também concordado com a ideia de a rua ser associada a uma ciclovia.

Veronica rememorou também uma carta da AMAF do ano de 2014, a qual defende uma ciclovia margeando o Rio Sangrador (concordando com um projeto de Ricardo Bevenuto de 2012). Sugeriu que essa proposta poderia ser financiada com medida compensatória oriunda da construção de rua, com potencial de transformar a margem do Rio Sangrador em área de lazer.

Celmar Souza, em comentário no chat, defende nova entrada no Ministério Público.

Claudia Lacerda ponderou sobre a razão de o Shopping estar se movimentando no presente momento e não ter tentado fazer por medida judicial. Trouxe a informação de que o "direito é vivo no tempo", com entendimento de que há 20 anos não havia prédios, o que tornaria razoável o acordo no passado. Ressaltou que esperaram os prédios surgirem, investimentos serem feitos, para abrirem uma rua com potencial de aumentar a criminalidade local. Denisleia Sertão contou que o pessoal da Associação de Moradores do Monte Carlo se reuniu, com o entendimento de que a realidade de 20 anos atrás não é mais a mesma de hoje. Ela refletiu que os prédios da área do projeto não comportariam uma via de fluxo alto e que árvores teriam de ser cortadas. Ela, então, trouxe, como contraproposta, a conexão da Estrada do Gabinal com a Estrada de Jacarepaguá por meio de outra rua, a Rua Julio Porto Carreiro (rua já está aberta e por onde já passam os caminhões do Mundial). Para tanto, ela concluiu que teria de passar pela área aberta dos fundos ao Mercado Mundial, com potencial benefício ao mercado.

Marcus Siciliano mostrou um estudo que moradores fizeram sobre o trânsito de veículos na região em um dia específico, tanto na manhã do dia 18/02/2022 quanto na tarde do dia 22/02/2022, concluindo que a mobilidade urbana na Freguesia poderia ser melhorada em outro ponto de intervenção, ou seja, que o problema não seria melhorado com a "Rua do Rio Sangrador".

Carolina ressalta que o fluxo de carros não é tão alto. Além disso, ela conta sobre a falta de transparência da Prefeitura do Rio de Janeiro, que não procurou a Associação do Monte Carlo em nenhum momento para serem ouvidos. Ela contou sobre o novo retorno que o governo fez no Largo do Moutella, obra que na sua avaliação não parece ter sido oriunda de estudo.

Denisleia Sertão contou que, com a rua, ainda poderia surgir uma invasão na área marginal do Rio Sangrador, como já ocorreu no passado.

Sidney Teixeira propôs como encaminhamento o tensionamento da Prefeitura do Rio de Janeiro para uma audiência pública ou uma reunião aberta, considerando que ela deve explicações à população. Emendou com a ideia de que, quando a Prefeitura não cumpre, os vereadores devem se mobilizar. Contou ainda que conversou recentemente com Antonio Sergio sobre a mobilização do passado na Rua Francisca Salles, cujos moradores conseguiram a mudança do local de passagem da Linha Amarela para não prejudicar essa rua, sendo um

exemplo de conquista no passado.

Marcus Siciliano propõe que haja outra compensação para o Shopping no caso de não ser feita a rua, considerando uma isenção do IPTU.

Guilherme Martins contou que, no passado, diante da proposta atual, de conexão da Estrada do Gabinal à Estrada de Jacarepaguá por meio da Rua Francisco Dantas, não existiam os prédios, parecendo à AMAF uma boa proposta. Ele deixou claro que o interesse da associação não é prejudicar os prédios. Guilherme expressou também satisfação sobre o pessoal do condomínio ter tirado uma contra-proposta. Em seguida, ele enfatizou a importância de falar com todos os moradores do entorno para não gerar insatisfação da parte deles também, lembrando-se de que, no processo da Linha Amarela citado por Sidney antes, moradores da Suíça Carioca ficaram insatisfeitos e reclamaram com a AMAF. Guilherme relembrou a vitória da AMAF no caso do Espigão que seria construído na Freguesia, conseguindo interromper a obra, como um exemplo de "veio de luta" para todos pensarem. Guilherme contou que uma possibilidade é falar com vereadores também, lembrando que, na época da luta pelo Bosque, o então vereador Sirkis "comprou" a briga.

Marcelo Calvano chama atenção à ideia do retorno que fizeram no Largo do Moutella, retorno esse que poderia ter sido feito de forma premeditada justamente para dar passagem facilitada à Rua Francisco Dantas e à rua que está em debate. Ele também demonstrou não acreditar que a contra-proposta seja aceita pelo Mercado Mundial, considerando que ele teria de ceder parte de seu terreno. Marcelo, em seguida, trouxe o entendimento de que se tem a possibilidade de duas lutas (sendo necessário a definição do desejo coletivo): a primeira seria a manifestação, com organização a partir das reuniões, com movimentações coordenadas de acordo com os interesses da população; e a segunda seria de reunião com os vizinhos para avaliação da contraproposta de rua levantada nessa reunião. Ressaltou que se trata de um ano eleitoral, tornando suscetível a escuta da população pela Prefeitura.

Denisleia trouxe novamente a defesa sobre os potenciais benefícios de uma rua que ligaria o mercado à Estrada do Gabinal e ao Rio Office Mall, concordando com a reunião com os condomínios próximos à Rua Julio Porto Carrero.

Celmar Souza concordou com a ideia das alternativas e com a fala do Marcelo. Expressou entendimento de que, na questão do projeto atual, há um conflito de interesses, com potenciais transtornos. Mostrou acreditar que o Prefeito Eduardo Paes não recusaria uma visita ao local para entender a problemática envolvida. Terminou a sua fala expressando que não concorda com a ideia de dizer a qualquer pessoa ou órgão privado que o "martelo" já está dado.

Em comentário no chat, André Fonseca escreveu que se lembrava da época quando comprou seu apartamento na Rua Comandante Rubens Silva e o corretor falou que a sua vista seria preservada, mas o contrário aconteceu porque um prédio foi construído em frente ao seu condomínio. Ele compara seu problema com o do condomínio Monte Carlo. Por outro lado, ele fez uma consideração sobre um grupo que doou 84 mil metros quadrados para, em contrapartida, ter uma rua. Também traz o exemplo do seu filho, que mora no condomínio Varandas, e atualmente precisa ir até a Rua Comandante Rubens Silva para ir à Barra da Tijuca por causa do retorno.

Carolina Menezes trouxe seu desejo de luta pelo bairro e o desejo de os moradores serem ouvidos. Questionou novamente a razão de isso estar sendo levantado hoje, 20 anos depois. Relembrou que é a sociedade civil que elege os governantes.

Gustavo Gomes pontuou que o projeto atual não atinge só um condomínio apesar da aparência, mas vários. Concordou com várias colocações e emendou que existe o conceito da "desapropriação indireta", que poderia ocorrer com os moradores, e um consequente potencial de prejuízo financeiro maior para a Prefeitura para pagar a muitos moradores, em comparação a uma eventual indenização ao Supermercado Mundial.

Yuri Leal, como primeiro encaminhamento da reunião, solicitou a Denisleia um documento da associação do Monte Carlo para a AMAF incluindo o estudo apresentado nessa reunião para que a AMAF faça o histórico de demanda dos moradores a fim de facilitar a articulação com a

Prefeitura. Veronica pediu que acrescentem fotos e indicações.

Yuri trouxe como proposta de encaminhamento uma reunião pública aberta, com convite dos envolvidos para dia 20/03/2022 de manhã (dia sugerido por Sidney). Porém, diante de ponderações gerais durante a reunião, ele encaminhou a criação de Grupo de Trabalho contando com ele mesmo, Sidney e Denisleia, além de outros interessados, para maturar a proposição da contraproposta nos bastidores (ou seja, articulação com Mercado Mundial, os moradores locais e o Shopping) antes de se levantar uma reunião aberta com a Prefeitura.

Por causa da hora, resolveu-se não continuar com as outras pautas, encerrando às 12:30.